

Vamos dizer NÃO a todas as medidas do governo contra o serviço público, os trabalhadores e a população

Não importa em quem você votou. Mexeu em nossos direitos? Temos que reagir.

PEC Emergencial – PEC 186/2019

- Veta a promoção de servidores;
- Impede reajustes, criação de cargos, reestruturação de carreiras, concursos, criação de verbas indenizatórias;
- Possibilidade de redução de jornada em 25% e de salários proporcionalmente de servidores com impactos negativos nos orçamentos familiares;
- Suspende a criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários;
- Proíbe o aumento real para o salário mínimo.

PEC do Pacto Federativo – PEC 188/2019

- O “Teto dos Gastos” passa a valer para estados e municípios;
- Os mínimos estabelecidos para saúde e educação podem ser usados de setor no outro, discricionariamente, facilitação a manipulação e redução dos recursos;
- Abre a possibilidade de retirar da folha de pessoal os gastos com os servidores inativos e incluí-los nas despesas de saúde e educação;
- Desindexação de despesas obrigatórias, como salários dos servidores;
- Veto ao uso de recursos de fundo de pensão e de depósitos judiciais para pagamento de despesas;
- Criação de Conselho Fiscal da República para avaliar periodicamente a situação financeira dos estados (contraria o princípio da independência entre os poderes).

PEC dos Fundos Públicos – PEC 187/2019

- Extingue os fundos públicos, redirecionando os recursos para, por exemplo, o pagamento da dívida pública, que já consome metade do orçamento da União.

MP do “Emprego Verde Amarelo” – MP 905/2019

- Cria uma nova forma de contrato de trabalho que amplia a retirada de direitos dos trabalhadores e enfraquecendo a atuação da Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho, praticamente restaurando de vez a escravidão no país.

Extinção da Justiça do trabalho

- Deputado federal Paulo Eduardo Martins (PSC/SC) busca as 171 assinaturas de colegas necessárias para tramitação de PEC de sua autoria que transfere as atribuições da Justiça do Trabalho para a Justiça Federal. Consequências: redução drástica do quadro, com possíveis exonerações.

Violência policial contra os mais pobres e os movimentos sociais e sindicais

- Em meio a tantas medidas que retiram direitos da população, o governo que aprovar no Congresso o projeto que trata do excludente de ilicitude. Trocando em miúdos, a medida libera as forças civis e militares para baterem e matarem, sem perigo de punição, durante operações policiais contra os cidadãos em quaisquer situações, inclusive em manifestações populares (atos públicos, por exemplo) e em reintegração de posse nas zonas rurais.

E o governo também enviará ao Legislativo a Reforma Administrativa que selará de vez o fim do serviço público e dos direitos dos servidores.